



Descolonizar o Ensino de Literatura na Amazônia: Oralidade, Território e Epistemologias Indígenas

Decolonizing the Teaching of Literature in the Amazon: Orality, Territory, and Indigenous Epistemologies

Ana Luiza Firmeza Rocha D'Avila

Pós Doutora em Artes pela UFFA e Doutora em Letras/Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Resumo: O presente estudo propõe uma reflexão aprofundada sobre a necessidade de descolonizar o ensino de literatura na Amazônia brasileira, problematizando a hegemonia do cânone eurocêntrico e defendendo a incorporação de epistemologias indígenas, da oralidade e do território como fundamentos estruturantes das práticas pedagógicas. A partir de uma abordagem teórica fundamentada nos estudos decoloniais latino-americanos, bem como em autores indígenas contemporâneos, argumenta-se que o ensino de literatura, quando descolado das realidades socioculturais amazônicas, contribui para a manutenção de epistemicídios e invisibilizações históricas. Defende-se, assim, uma reconfiguração curricular e metodológica que reconheça a pluralidade de saberes e promova uma educação literária intercultural, crítica e situada.

Palavras-chave: decolonialidade; literatura amazônica; oralidade; epistemologias indígenas; ensino de literatura.

Abstract: This study proposes an in-depth reflection on the need to decolonize the teaching of literature in the Brazilian Amazon, problematizing the hegemony of the Eurocentric canon and advocating for the incorporation of Indigenous epistemologies, orality, and territory as structuring foundations of pedagogical practices. Based on a theoretical approach grounded in Latin American decolonial studies, as well as in contemporary Indigenous authors, it is argued that the teaching of literature, when detached from Amazonian sociocultural realities, contributes to the maintenance of epistemicides and historical invisibilization. Thus, the study defends a curricular and methodological reconfiguration that recognizes the plurality of knowledge systems and promotes an intercultural, critical, and situated literary education.

Keywords: decoloniality; Amazonian literature; orality; Indigenous epistemologies; literature teaching.

INTRODUÇÃO

O ensino de literatura no Brasil, especialmente nas regiões periféricas e historicamente marginalizadas como a Amazônia, ainda se estrutura majoritariamente a partir de referenciais eurocêntricos que privilegiam determinados autores, gêneros e formas de escrita, em detrimento das múltiplas expressões culturais locais. Tal configuração curricular evidencia a persistência daquilo que Aníbal Quijano (2005, p. 67) em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, denomina de colonialidade do poder, conceito que explicita a continuidade das hierarquias coloniais no campo do saber, da cultura e da produção do conhecimento mesmo após o fim formal do colonialismo. Segundo o autor, a colonialidade não se limita

às estruturas políticas e econômicas, mas se infiltra profundamente nas formas de pensar, ensinar e legitimar saberes, configurando um sistema que privilegia epistemologias ocidentais em detrimento de outras formas de conhecimento.

Nesse contexto, a escola torna-se um espaço de reprodução dessas hierarquias, especialmente quando o ensino de literatura se restringe a um cânone que ignora as vozes indígenas, ribeirinhas e amazônicas. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (2000, p. 89), no livro *A crítica da razão indolente*, vivemos sob um regime de “pensamento abissal”, no qual determinados saberes são considerados legítimos, enquanto outros são sistematicamente invisibilizados. Para o autor, é urgente promover uma “ecologia de saberes”, capaz de reconhecer a coexistência de múltiplas formas de conhecimento e de romper com a monocultura epistemológica dominante.

Descolonizar o ensino de literatura na Amazônia, portanto, implica não apenas incluir novos autores no currículo, mas transformar profundamente as bases epistemológicas que sustentam o ensino, reconhecendo a oralidade, o território e as epistemologias indígenas como dimensões centrais da experiência literária e da produção de conhecimento.

COLONIALIDADE DO SABER E O ENSINO DE LITERATURA

A colonialidade do saber manifesta-se de maneira contundente no campo educacional, sobretudo no ensino de literatura, que historicamente tem privilegiado produções europeias e suas derivações no contexto brasileiro, consolidando um modelo de ensino que desconsidera as especificidades culturais e epistemológicas de regiões como a Amazônia. Essa lógica é sustentada por uma concepção de literatura que valoriza a escrita como forma superior de expressão, relegando a oralidade a um plano secundário ou mesmo inexistente.

De acordo com Walter D. Mignolo (2005, p. 68), em seu livro, *A ideia de América Latina*, a colonialidade do saber opera por meio da imposição de uma matriz epistemológica eurocêntrica que define o que é conhecimento válido, excluindo outras formas de saber. No campo literário, isso se traduz na canonização de determinados autores e estilos, enquanto produções indígenas e populares são marginalizadas ou classificadas como folclore.

Linda Tuhiwai Smith (1999, p. 22) argumenta que os processos de pesquisa e ensino foram historicamente utilizados como ferramentas de colonização, impondo categorias e metodologias externas às comunidades indígenas. Nesse sentido, a autora propõe a necessidade de metodologias decoloniais que partam das próprias comunidades e respeitem suas formas de conhecimento.

No contexto amazônico, essa discussão ganha contornos ainda mais urgentes, uma vez que a diversidade cultural e linguística da região exige abordagens pedagógicas que dialoguem com as realidades locais. A manutenção de um currículo literário homogêneo e descontextualizado contribui para o apagamento das identidades amazônicas e para a perpetuação de desigualdades epistemológicas.

ORALIDADE COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO

A oralidade constitui um dos pilares das epistemologias indígenas e das culturas amazônicas, sendo responsável pela transmissão de conhecimentos, valores, histórias e cosmologias ao longo das gerações. Diferentemente da tradição ocidental, que privilegia a escrita como forma principal de registro, as culturas indígenas valorizam a palavra falada como espaço de construção coletiva do saber.

Segundo Paul Zumthor (1993, p.45), a oralidade não deve ser entendida como ausência de escrita, mas como uma forma distinta de produção de sentido, marcada pela performatividade, pela memória e pela presença do corpo. No contexto amazônico, essa perspectiva é fundamental para compreender as narrativas indígenas, que articulam linguagem, território e espiritualidade.

Autores indígenas como Daniel Munduruku (2018, p. 66) enfatizam que a oralidade é um espaço de resistência e de afirmação identitária, no qual as histórias ancestrais são preservadas e atualizadas. Em suas obras, o autor destaca a importância de ouvir os mais velhos e de reconhecer a palavra como elemento sagrado.

Da mesma forma, Ailton Krenak (2009) em seu livro, *Ideias para adiar o fim do mundo*, defende que as narrativas indígenas oferecem outras formas de compreender o mundo, desafiando a lógica racionalista e instrumental da modernidade. Para ele, “contar histórias é uma forma de adiar o fim do mundo”, evidenciando o papel da narrativa como prática de resistência e de continuidade cultural.

Incorporar a oralidade no ensino de literatura implica reconhecer essas narrativas como produções literárias legítimas, valorizando práticas como a contação de histórias, a escuta e a memória coletiva como estratégias pedagógicas.

TERRITÓRIO E LITERATURA: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL

O território ocupa um lugar central nas epistemologias indígenas, sendo entendido não apenas como espaço físico, mas como dimensão simbólica, espiritual e identitária. Na Amazônia, a relação com a floresta, os rios e os ciclos naturais estrutura formas específicas de narrar e interpretar o mundo.

Para Eduardo Viveiros de Castro (2002, p. 190), as cosmologias indígenas propõem uma visão relacional do mundo, na qual humanos, animais e elementos naturais compartilham uma mesma condição de existência. Essa perspectiva, conhecida como perspectivismo ameríndio, desafia as dicotomias ocidentais entre natureza e cultura, sujeito e objeto.

Na literatura indígena contemporânea, essa relação com o território se manifesta de forma intensa. Autoras como Eliane Potiguara (2004, p. 34) articulam em suas obras elementos da memória, da ancestralidade e da luta territorial, evidenciando que a narrativa literária indígena está profundamente enraizada no espaço vivido.

Assim, descolonizar o ensino de literatura na Amazônia implica reconhecer o território como fonte de conhecimento e como elemento estruturante das práticas pedagógicas, promovendo uma educação que dialogue com o ambiente e com as experiências dos sujeitos.

EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS E TEORIA LITERÁRIA

As epistemologias indígenas propõem uma reconfiguração profunda das bases da teoria literária, ao questionarem categorias como autoria, gênero e texto. Nessas epistemologias, o conhecimento é construído de forma coletiva e relacional, envolvendo não apenas os seres humanos, mas também a natureza e o mundo espiritual.

Graça Graúna (2013, p. 90) destaca que a literatura indígena deve ser compreendida como espaço de resistência e de afirmação cultural, no qual as vozes historicamente silenciadas encontram formas de expressão e reconhecimento. Para a autora, é necessário romper com os critérios eurocêntricos de avaliação literária e valorizar as especificidades das produções indígenas.

Além disso, a noção de “oralitura” (idem), desenvolvida por pesquisadores contemporâneos, aponta para a necessidade de reconhecer a oralidade como forma de literatura, ampliando o conceito tradicional de texto e incorporando práticas performativas e coletivas.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DECOLONIAIS NA AMAZÔNIA

A descolonização do ensino de literatura exige a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e epistemológica da Amazônia. Entre essas práticas, destaca-se a inclusão de autores indígenas e amazônicos no currículo, bem como a valorização da oralidade e das experiências comunitárias.

A Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008) representa um marco importante nesse processo, ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura indígena nas escolas brasileiras. No entanto, sua efetivação ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à formação de professores e à produção de materiais didáticos adequados.

Nesse sentido, é fundamental investir em processos formativos que preparem os docentes para trabalhar com perspectivas interculturais e decoloniais, promovendo uma educação que dialogue com as realidades locais e valorize os saberes tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descolonizar o ensino de literatura na Amazônia é um desafio que envolve a transformação das estruturas epistemológicas, curriculares e pedagógicas que

sustentam o sistema educacional. Ao reconhecer a oralidade, o território e as epistemologias indígenas como dimensões centrais do conhecimento, é possível construir uma educação literária mais inclusiva, crítica e significativa.

Esse processo não se limita à inclusão de novos conteúdos, mas exige uma mudança de paradigma, capaz de romper com a lógica colonial e de promover uma verdadeira ecologia de saberes. Nesse sentido, o ensino de literatura pode tornar-se um espaço de resistência, de valorização da diversidade e de construção de novas formas de pensar e habitar o mundo.

Trata-se de enfrentar, de maneira crítica, as estruturas históricas que consolidaram a hegemonia do pensamento eurocêntrico no currículo escolar e que, por consequência, contribuíram para o silenciamento sistemático das vozes indígenas, ribeirinhas e amazônicas. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a permanência de um ensino de literatura desvinculado das realidades locais não apenas empobrece a experiência formativa dos estudantes, como também reforça processos de exclusão e deslegitimação de saberes ancestrais, perpetuando o que diversos autores denominam de epistemicídio.

Nesse sentido, a incorporação da oralidade como dimensão fundamental do ensino literário representa uma ruptura significativa com os paradigmas tradicionais, ao reconhecer que a produção de sentido e de conhecimento não se limita à escrita, mas se manifesta também na palavra viva, na memória coletiva e nas práticas narrativas comunitárias. A oralidade, longe de ser um estágio inferior da linguagem, configura-se como uma epistemologia complexa, que articula estética, ética e cosmologia, exigindo do educador uma escuta sensível e uma abertura para outras formas de narrar e compreender o mundo. Ao trazer a oralidade para o centro do ensino de literatura, cria-se a possibilidade de aproximar o conteúdo escolar das experiências vividas pelos estudantes amazônicos, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Além disso, o reconhecimento do território como elemento constitutivo da produção literária e do conhecimento amplia as possibilidades pedagógicas, ao deslocar o foco da sala de aula como espaço exclusivo de aprendizagem e incorporar o ambiente, a comunidade e as relações socioculturais como fontes legítimas de saber. Na Amazônia, onde o território é atravessado por múltiplas dimensões simbólicas, espirituais e materiais, ensinar literatura implica também ensinar modos de habitar o mundo, de se relacionar com a natureza e de compreender a interdependência entre os seres. Essa perspectiva desafia as dicotomias modernas entre sujeito e objeto, cultura e natureza, propondo uma educação que valoriza a complexidade e a inter-relação dos saberes.

As epistemologias indígenas, por sua vez, oferecem contribuições fundamentais para a reconfiguração do ensino de literatura, ao proporem uma visão relacional, coletiva e não hierárquica do conhecimento. Ao reconhecer que o saber não é propriedade individual, mas construção compartilhada entre humanos, não humanos e ancestrais, essas epistemologias tensionam as bases da teoria literária ocidental e convidam à construção de novos referenciais analíticos e pedagógicos. Incorporar essas perspectivas no ensino não significa apenas incluir conteúdos

indígenas, mas transformar as próprias formas de ensinar, avaliar e compreender a literatura, promovendo uma verdadeira ecologia de saberes.

Contudo, é importante destacar que esse processo de descolonização não se realiza de maneira imediata ou sem conflitos. Ele exige investimento em formação docente, produção de materiais didáticos contextualizados, revisão das políticas curriculares e, sobretudo, disposição para questionar práticas arraigadas e abrir espaço para o diálogo intercultural. A efetivação de uma educação literária decolonial na Amazônia depende, portanto, de um compromisso coletivo entre educadores, instituições e comunidades, no sentido de construir caminhos que respeitem e valorizem a diversidade epistemológica da região.

Por fim, descolonizar o ensino de literatura na Amazônia é também um ato de esperança e de criação de futuros possíveis. Ao reconhecer e valorizar as múltiplas vozes que compõem o tecido cultural amazônico, a escola pode tornar-se um espaço de resistência, de afirmação identitária e de produção de novos sentidos. Nesse horizonte, a literatura deixa de ser apenas objeto de estudo e passa a ser vivida como prática social, como forma de existência e como instrumento de transformação. Assim, ao articular oralidade, território e epistemologias indígenas, o ensino de literatura pode contribuir para a formação de sujeitos mais críticos, conscientes de sua história e capazes de construir relações mais justas e sustentáveis com o mundo que habitam.

REFERÊNCIAS

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MIGNOLO, Walter. **A ideia de América Latina**. São Paulo: Edusp, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. **Literatura indígena brasileira: sonhos, memórias e histórias**. São Paulo: Global, 2018.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. Rio de Janeiro: Global, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. London: Zed Books, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.